

O «som brônzeo» da morte: Poder e liturgia fúnebre a partir da torre sineira da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa (1730-69)

Rodrigo Teodoro de Paula

CESEM
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
teodoroassis@gmail.com

Resumo

Durante o período moderno, a utilização do som como representação hierarquizada do poder ganha relevo, em Portugal, a partir de uma engenhosa «política sonora» levada a cabo por D. João V. Destacam-se como parte relevante dessa política os investimentos dedicados à actividade sineira, como a renovação da torre da Santa Igreja Patriarcal, a instalação de novos sinos na mesma e a atualização dos toques praticados no cerimonial litúrgico, tendo como referência o modelo romano. Os sons dos sinos que se propagam desde a susodita torre, configuram-se como um dos principais componentes sonoros activados nas acções propagandísticas dos monarcas, desde as suas aparições públicas às cerimónias realizadas na sua trajectória de vida (e de membros da família real) como nascimentos, aniversários, casamentos, aclamações, exéquias, e outras ocasiões. Através de duas fontes relacionadas com a actividade sineira lisboeta, o tratado manuscrito do mestre de cerimónias António Rodrigues Lages, intitulado *Altissonancia sacra restaurada* (1769) e o *Kalendario dos toques dos sinos* (1812), propomos, no presente artigo, uma análise dos ditos documentos na intenção de identificar as relações entre o poder real, os sons dos sinos e a liturgia fúnebre, assim como a aplicabilidade do sistema joanino pensado para as cerimónias solenes de morte, a partir da Torre da Patriarcal.

Palavras-chave

Prática sineira; Santa Igreja Patriarcal; Liturgia fúnebre; António Rodrigues Lages; Sonoridade ritual.

Abstract

During the modern period, the use of sound as an hierarchical representation of power gained in importance in Portugal, arising from an ingenious ‘sound policy’ followed by King John V. A significant part of this policy was an investment in bell ringing, including the renovation of the tower of the Holy Patriarchal Church, the installation of new bells in the same church and the updating of the style of ringing practiced in liturgical ceremonies, using the Roman model as a reference. The bell sounds that emanated from the tower, became one of the main sonic components of the monarch’s propagandist activities, from their public use in all ceremonies that took place during their lifetimes (and those of other members of the royal family), such as births, anniversaries, weddings, acclamations, funerals, etc. This paper is a study of two documents related to bell ringing in Lisbon in the first half of the eighteenth century: the *Altissonancia sacra restaurada* (1769), a manuscript treatise written by the master of ceremonies António Rodrigues Lages and the *Kalendario dos toques dos sinos* (1812), the analysis of which will assist in the identification of relationships between royal power, the sounds produced by the bells of the Patriarchal Church and the funeral liturgy, as well as the use of the system conceived during the reign of King John relating to the solemn ceremonies of death.

Keywords

Bell-ringing; Holy Patriarchal Church; Funeral liturgy; António Rodrigues Lages; Ritual sounds.

ATRAVÉS DOS TOQUES DOS SINOS, as principais instâncias do poder religioso e civil mantiveram, durante séculos, o controlo temporal da vida urbana e monacal, destacaram hierarquicamente os seus representantes, conduziram os ritos e as cerimónias públicas, noticiaram importantes acontecimentos, provocando nos grupos sociais envolvidos uma oscilação de comportamentos correspondente ao significado dos sinais transmitidos desde as torres sineiras. Organizados numa engenhosa linguagem estabelecida ao longo dos tempos e simbolicamente transmitida às comunidades (mas, com elementos reconhecíveis, em algumas funções específicas, apenas pelo público local), os toques indicavam as horas do dia, a convocação e a celebração das festividades, o recolhimento para a oração, o aviso das intempéries, asseguravam a protecção espiritual, noticiavam a morte e participavam na lamentação fúnebre, entre outras acções colectivas.

O som dos sinos também se configura como um dos principais componentes sonoros activados nas acções propagandísticas dos monarcas, desde as suas aparições públicas às cerimónias realizadas na sua trajectória de vida (e de membros da família real), como, por exemplo, nascimentos, aniversários, casamentos, aclamações, exéquias, cerimónias estas que, tendo como referência o modelo sonoro estabelecido no núcleo geográfico onde se encontrava a corte, deveriam, obrigatoriamente, ser reproduzidas nos territórios de vassalagem.

Em Portugal, durante as primeiras décadas do século XVIII, ganham relevo os investimentos de D. João V nas reformas realizadas no Paço da Ribeira – centro do poder régio (e, consequentemente, eclesiástico) e palco dos mais importantes eventos públicos promovidos pela coroa – com relevantes aportes estruturais dos seus edifícios. No que diz respeito à actividade sineira, dá-se especial atenção à renovação das Torres do Relógio (anexas ao palácio) e da Santa Igreja Patriarcal,¹ à instalação de novos sinos nas mesmas e, no contexto ritualístico, na elaboração de um formulário contendo a sistematização dos toques para servir, tal como em Roma, nos ofícios e nas diversas funções eclesiásticas. Relevante, também, é o ambicioso projecto sonoro realizado para o Palácio-Convento de Mafra, com o monumental conjunto de 120 sinos (e, posteriormente, com a instalação dos seis órgãos), investimento complementar ao sofisticado aparato cerimonial desenvolvido para uma monarquia absoluta que, superados os anos pós-restauração, esforçava-se para conquistar uma posição de relevância no cenário europeu.² Com este artigo pretende-se estudar essas acções, tendo em conta o carácter representativo e a importância do controlo de sinais sonoros específicos, pelo

¹ Sobre as transformações arquitectónicas sofridas pela Patriarcal consultar: Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, «La Patriarcale del Re Giovanni V di Portogallo», in *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*, editado por Sandra Vasco Rocca e Gabriele Borghini (Roma, Argos, 1995), pp. 81-111.

² Cf. António Filipe PIMENTEL, *Arquitectura e poder, o real edificio de Mafra* (Lisboa, Livros Horizonte, 2002), p. 43.

poder real, através das instituições já mencionadas e, consequentemente, do impacto causado nos grupos sociais do seu entorno que deveriam reagir colectivamente a esses sinais.

Tendo o Paço da Ribeira como o mais importante espaço de representação do poder português, o quotidiano da corte e dos demais habitantes, das igrejas e conventos, do comércio, dos régios tribunais e mesas que administravam a justiça e a economia do governo, da alfândega, dos armazéns e do porto marítimo, passa a ser, entre a década de 1730 e o sismo de 1755, submetido hierarquicamente ao comando dos sons emitidos desde as torres sineiras do relógio e da Patriarcal. Algumas descrições desse período permitem-nos imaginar a composição do paço, antes do fatídico terremoto, como a realizada pelo religioso Fr. Manuel Baptista de Castro (1672-d.1746):

Pella parte da cidade deste terreyro correm duas galarias; na debaxo he quarto do senhor Infante D. Antonio, ficando mais abaycho o Tribunal da Contadoria geral de guerra, e em huma varanda, que tem na entrada a Iunta dos tres Estados, que consta de conselheyros, ou Deputados fidalgos de primeyra qualidade. Continu.º se mais cazas de muytas pessoas com huma varanda sobre arcos de pedra, estando desta parte dois arcos, por donde se entra para a cidade adeante dos quais esta o asougue; e mais adeante huma larga rua, que vay a hum terreyro, onde est. o pelourinho; e outra, que vay para huma grande pra.^a; chamada ribeyra onde se vendem fruttas, peyche, cassa, e outros mantimentos. Na parte fronteyra ao Palacio, que de huma a outra parte mal se conhecem as pessoas est. o terreiro onde se vende o trigo. Logo se segue huma galaria com huma das mayores cazas, que tem a Europa, chamada contos do Reyno, que pertence a fazenda real, onde assiste hum contador m.^r muytos contadores, e seus Escrivaens, e outros offeciais. Segue se nesta mesma correnteza a Alfandega, onde est. outra caza de muyto mayor grandeza, em que se despach.º as fazendas, que entr.º nesta corte. A parte deste Terreyro, que fica junto do Rio Tejo, nella est.o os Almazens do tabaco. Seguesse hum Baluarte, guarnecido de artelharia, para defen.a deste Pal.cio, com uma muralha, que remata no forte, q fica da banda do R. Tejo. Por baxo da galaria do Pal.cio est. a caza da India, onde se despach.o as fazendas, que vem do Oriente. Seguesse huma porta, para hum pequeno terreyro cercado das galarias do Pa.o, onde est. a torre do Rel.gio, e neste terreyro, est. a entrada principal d.ste Pal.cio.³

No interior do Palácio Real encontravam-se ainda o Desembargo do Paço, o Conselho Ultramarino, a Mesa da Consciência, o Conselho da Fazenda, o Conselho de Guerra e o Conselho de Estado. Essa configuração demonstra a permanência, ainda no século XVIII, de um modelo em que as estruturas domésticas da casa real e os órgãos de administração do reino compartilhavam o mesmo espaço.⁴

³ Fr. Manuel Baptista de CASTRO, *Chronica do Maximo Doutor e Principe dos Patriarchas São Ieronymo particular do Reyno de Portugal, P-Ln* manuscrito da livraria n.º 729, c. 1746, ff. 512-3.

⁴ CASTRO, *Chronica do Maximo Doutor* (ver nota 3), ff. 515-6. Ver também Pedro CARDIM, «A corte régia e o alargamento da esfera privada», in *História da vida privada em Portugal: A idade moderna*, coordenado por Nuno Gonçalo Monteiro (Lisboa, Círculo de Leitores-Temas e Debates, 2011), p. 194.

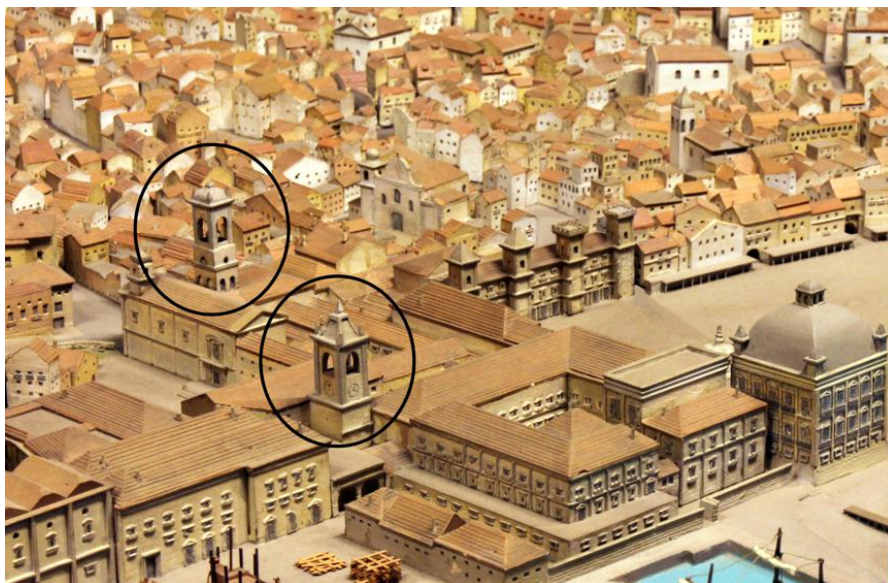


Figura 1. Ticiano Violante, detalhe da maquete de Lisboa antes de 1755 (1955/9), Museu de Lisboa, Palácio Pimenta. No anexo ao Palácio da Ribeira vê-se a Torre do Relógio e ao fundo, à esquerda, a Torre da Patriarcal

Quanto à Capela Real e à futura Patriarcal, Castro faz uma retrospectiva da sua história, desde a sua origem, ainda nos tempos do Rei Theodomiro, à instalação da primeira capela por D. Afonso Henriques, em Guimarães (Igreja de Nossa Senhora da Oliveira) e suas sucessivas transferências para Coimbra (Mosteiro de Santa Cruz e depois para a Igreja de São Miguel), Santarém (Colegiada de Santa Maria de Alcáçova) e Lisboa. Nesta cidade, antes de se fixar no Paço da Ribeira, a Capela Real esteve sediada nas Igrejas de São Bartholomeo, São Mamede, Nossa Senhora da Escada (no adro de São Domingos) e no Castelo de São Jorge, erigida aí por D. Dinis e dedicada a São Miguel. Durante o reinado de D. João II encontrava-se a dita capela instalada nos Paços de Évora. Novamente em Lisboa, por ordem de D. Manuel, foi erigida no claustro do Palácio da Ribeira e depois transferida, por D. João III, para a sala do Tudesco. Somente durante o reinado de D. João IV é erigido o edifício externo ao palácio, sítio onde anos mais tarde viria a ser edificada, por D. João V, a primeira Patriarcal.⁵

Após a elevação da Capela Real ao estatuto de Colegiada de São Tomé, em 1710,⁶ e, posteriormente, ao de Catedral Metropolitana e Patriarcal,⁷ Lisboa passa a ser dividida em duas partes, submetidas, cada uma, à jurisdição de duas autoridades eclesiásticas distintas: o arcebispo metropolitano (parte oriental) e o patriarca (parte ocidental). Em 1740, D. João V promove a reunião

⁵ MANDROUX-FRANÇA, «La Patriarcale del Re Giovanni V» (ver nota 1), p.82.

⁶ Bula *Apostolatus Ministerio*, Papa Clemente XI, 1 de Março de 1710. Sobre a constituição e a atividade musical da Capela Real, entre os reinados de D. João V e D. Maria I, consultar: Cristina FERNANDES, «O sistema produtivo da música sacra em Portugal nos finais do Antigo Regime: A Capela Real e a Patriarcal entre 1750 e 1807» (Dissertação de doutoramento, Universidade de Évora, 2010), vol. 1, pp. 3-4.

⁷ Bula *In Supremo Apostolatus Solio*, Papa Clemente XI, 7 de Novembro de 1716.

das duas dioceses numa só Igreja Patriarcal,⁸ o que reduz a antiga Sé ao título honorário de «Patriarcal», sob a invocação de Santa Maria, sendo o seu cabido extinto, no ano seguinte, pelo papa Bento XIV.⁹ Entre as várias consequências dessas acções, citamos a renovação progressiva da antiga torre sineira da Capela Real, para se adaptar às novas funções que o aparatoso cerimonial exigia (nos moldes da capela pontifícia) e para se constituir, junto com a Torre do Relógio, como a mais importante referência sonora da cidade. O seu carrilhão, segundo o mestre-de-cerimónias António Rodrigues Lages, era composto primeiramente por poucos sinos; nas obras finais, o mais grave passou a quarto, totalizando o conjunto oito instrumentos no momento da elevação a Patriarcal. Após a reunião das dioceses, realizaram-se novas obras para a instalação de mais um sino de grandes proporções.¹⁰



Figura 2. O Paço da Ribeira e o Terreiro do Paço, onde se vê a antiga Torre do Relógio, Dirk Stoop (segunda metade do século XVII), Museu de Lisboa, Palácio Pimenta (inv. 2087/211)

⁸ Bula *Salvatoris nostri Mater*, Papa Bento XIV, 7 de Novembro de 1740.

⁹ Bula *Ea quae providentiae nostrae*, 14 de Julho de 1741.

¹⁰ *Altissonancia sacra restaurada e relação armonica do methodo, e regulação com que as vozes dos sinos das duas famosas Torres do Relógio, e Ordinaria, regiam o governo, e funcções constituídas em a S. Igreja Patriarcal Lisbonense... por seu author o R. P. Antonio Rodrigues Lages, P-Ln MM 5999 (1769)*, disponível em <<http://purl.pt/23709/3/>> (acedido em 12 de Janeiro de 2015), pp. 90-1.

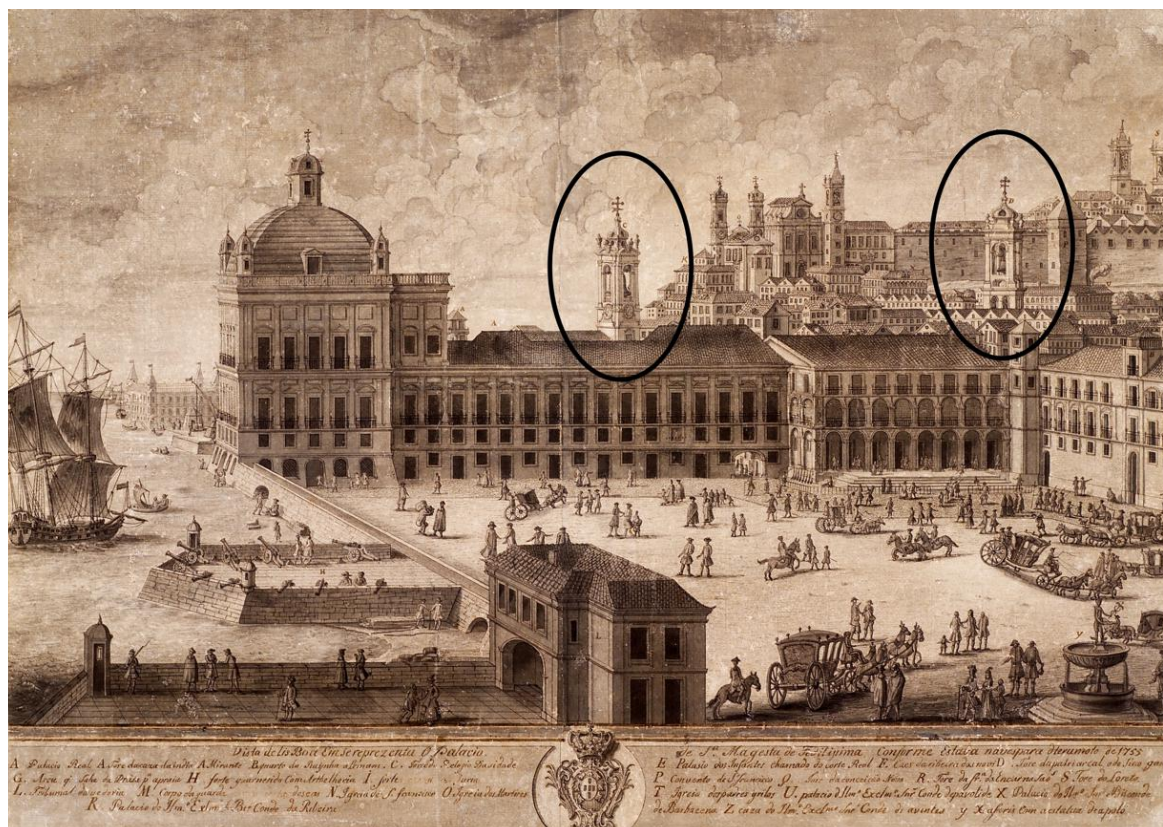


Figura 3. Terreiro do Paço, gravura atribuída a Francisco Zuzarte (meados do século XVIII), Museu de Lisboa, Palácio Pimenta. À direita vê-se a Torre da Patriarcal e à esquerda a Torre do Relógio¹¹

Foi também tornada obrigatória, como parte da estratégia de controlo sonoro pelas instituições de poder, a instalação prevista na legislação eclesiástica, de sinos em todos os templos do reino (coincidindo o decorrer do século XVIII com a urbanização de muitas vilas e cidades nas colónias).¹² A partir do século XVI, as fundições reais – que detinham o monopólio para a fabricação de peças de artilharia – deveriam garantir, até aos mais distantes templos, o fornecimento de sinos. Segundo a informação retirada de um documento seiscentista, eram fabricados, pela Casa do Armazém das Armas, cinquenta unidades por ano para prover, como esmola real, as igrejas e mosteiros do reino.¹³

¹¹ Ao fundo, à direita, vêem-se também as torres sineiras da Igreja do Loreto e, entre as Torres da Patriarcal e do Relógio, vêem-se as torres da Igreja do Convento de São Francisco e Igreja dos Mártires.

¹² A exigência em prover as igrejas paroquiais com torres sineiras está prevista nas constituições eclesiásticas como as do arcebispado de Lisboa, da Bahia e do Bispado do Porto. Entretanto, nessas últimas, são mais específicas as exigências quanto à ereção da torre sineira nas igrejas de sua jurisdição: «Os sinos & campanario, ou torre são também requisito necessario pera perfeição dos Templos, por tanto os deve haver em todas as Igrejas, & na nossa Sé Cathedral seraõ sette, ou ao menos cinco, & na collegiada ao menos tres de differente grãdeza, & som, de que resulte boa consonancia [...] & nas outras Igrejas Parochiais dos lugares grandes poderã haver também os dittos tres sinos, & necessariamente haverã ao menos dous, excepto, se forem taõ pobres, que os naõ possaõ ter, porque neste caso se permittirá, q. haja sómente hum [...] & procurarse-ha, quanto for possível, que os sinos sejaõ bentos na forma do Pontifical.» in *Constituições sinodais do Bispado do Porto*, Livro IV. Tit. 1, Const. IV §3v. (Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735), p. 268.

¹³ «Lavrarse nesta casa hua ano por outro IIj. Mill quitaes de artelharia grossa e meuda e todos os fundidores tem tença de S. A. [Sua Alteza] e suas obras paguas atanto por quintall com suas falhas. Fazense hu ano por outro Lta [cincoenta] sinos

Para as novas catedrais e igrejas, que eram erguidas nos domínios além-mar, o envio de sinos junto a outros componentes essenciais para realização dos actos de culto¹⁴ permanecerá, pelo menos até o reinado de D. Maria I, como atestam as várias solicitações setecentistas encaminhadas para o Conselho Ultramarino, embora o atendimento a essas solicitações, muitas vezes, não se concretizasse. Entre as fundições activas ao longo de Setecentos, em Portugal,¹⁵ conhecem-se a da família Rodrigues Palavra e a de Luís Gomes de Oliveira (fundidores associados ao Conselho Ultramarino),¹⁶ a do Colégio dos Jesuítas de Bragança,¹⁷ a de João Ferreira de Lima (1720-17??), em Braga,¹⁸ e a fundição (de sinos e artilharia) instalada por Nicolau Levache no Campo de Santa Clara (em frente à Igreja de Santa Engrácia), em Lisboa.¹⁹ Em finais do século XVIII há ainda referências sobre João Levache (possivelmente parente próximo de Nicolau) como autor dos sinos da Igreja da Encarnação e de três sinos para a Igreja de Nossa Senhora da Graça – feitos em sociedade com outros dois fundidores, João Craveiro e Faustino Alves Guerra,²⁰ e Joze Domingues da Costa, responsável pela fundição dos sinos instalados na Basílica do Sagrado Coração de Jesus, em 1788.²¹

dos quaes sua A. prove os mosteiros e Igrejas deste regno e lhe faz esmolla delles.» *P-Ln Códice Estatística de Lisboa*, pertencente à colecção Fundo Geral, n.º 679 (1552), f. 84, cit. in. Luís SEBASTIAN, «A fundição de sinos do reino para o Brasil, na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa», *Revista Portuguesa, nova série*, 35 (2014), p. 120.

¹⁴ No Arquivo Histórico Ultramarino encontram-se diversas petições advindas da América Portuguesa, direccionadas aos monarcas, solicitando o envio, para as igrejas e catedrais deste território, de órgão, sinos e outros ornamentos. Em Novembro de 1746, por exemplo, a Irmandade dos Clérigos pobres do Apóstolo São Pedro do Recife envia um requerimento para o rei D. João V, solicitando, como esmola real, o envio de um sino e um órgão «cuja graça e semelhantes esmolos tem V. Mag.^{de} feito, a outras m.^{tas} Igrejas, e Conventos [...]», Arquivo Histórico Ultramarino, ACL_CU_015, Cx. 64. D. 5470.

¹⁵ Segundo Luís Sebastian, a actividade na fundição sineira por algumas famílias portuguesas tem raízes em Espanha, ver Luís SEBASTIAN, *História da fundição sineira em Portugal: Do sino medieval da igreja de São Pedro de Coruche à actualidade* (Coruche, Museu Municipal, 2008), p. 25.

¹⁶ Pela Provisão de 10 de Junho de 1722, Pedro Rodrigues Palavra recebe o privilégio de oficial como fundidor associado ao Conselho Ultramarino, actividade antes exercida pelo seu pai e que, em 1734, será transferida para o seu filho Maximo Rodrigues Palavra. SEBASTIAN, *História da fundição sineira* (ver nota 15), pp. 136-9. Já a fundição de Luis Gomes de Oliveira, segundo Ascensão Valdez, dedicou-se à artilharia entre 1674 e 1710 e aos sinos entre 1721 e 1732. Ver J. J. D'Ascensão VALDEZ, «Campanários em Portugal», *Boletim da Associação dos Archeologos Portugueses*, tomo XII, 5ª série, 3 (Lisboa, Associação dos Archeologos Portugueses, 1910), p. 151.

¹⁷ A escavação do fosso da Fundição do Colégio dos Jesuítas de Bragança foi realizada em 2004, pelo Arqueólogo José Jorge Argüello Menéndez. Sobre as fundições sineiras portuguesas consultar: SEBASTIAN, *História da fundição sineira* (ver nota 15), p. 34.

¹⁸ Essa fundição iniciou as suas actividades no ano de 1670, em Braga, sob a responsabilidade de Manuel Ferreira Gomes, pai de João Ferreira Lima. Da lista dos sítios em que se encontram sinos com a marca *Joannes Fecit Bracaræ*, para além de um grande número de cidades em Portugal e Espanha, aparece listado o envio de um sino para a cidade de Recife/Pernambuco, no Brasil. Ver Rebello da SILVA & C.^a, Sucessores de João Ferreira LIMA, *Noticia historica da industria sineira* (Braga, Typ. a vapor de J. M. de Souza Cruz, 1910).

¹⁹ O nome de Nicolau Levache, assim como o de Guilherme Withlockx, também está associado à fundição dos sinos que compõem os carrilhões instalados nas torres da Real Basílica de Mafra, construídos em Liège (Levache – torre norte) e Antuérpia (Withlockx – torre sul). Não há informações sobre o ano exacto em que a fundição de Levache, que também se dedicava ao fabrico de peças de artilharia, foi instalada em Lisboa, mas a partir de 1732 já há notícias de suas actividades. Ver Eduardo Freire OLIVEIRA, *Elementos para a história do município de Lisboa* (Lisboa, Typographia Universal, 1882), vol. 12, p. 454.

²⁰ VALDEZ, *Campanários em Portugal* (ver nota 16), pp. 280-7.

²¹ Manuel Pereira CIDADE, *Memórias da Basílica da Estrêla escritas em 1790 por Manuel Pereira Cidade, capelão fidalgo da mesma basílica, publicadas e prefaciadas por António Baião. Subsídios para a história da arte portuguesa XXI - Colecção louvada pelo Ministério da Instrução Pública* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926), p. 41.

A regulamentação dos toques para as principais cerimónias do calendário litúrgico também é prevista pela legislação eclesiástica, ocupando os destinados aos eventos fúnebres um lugar de destaque entre os demais, respeitando, em alguns casos, a tradição local.²² Porém, devido aos «excessos» cometidos nos toques de defuntos, constatados desde pelo menos o século XVII, para o anúncio da morte, as constituições sinodais do Porto, por exemplo, determinam, de forma genérica, três sinais para os homens, dois para as mulheres e um para os de menor idade (entre sete e quatorze anos). No dia do sepultamento, durante o ofício e a missa, são previstos mais sinais, sendo para os homens até nove, seis para as mulheres e três para os mais novos.²³

Das acções joaninas que visavam a equiparação litúrgico-artística entre as cerimónias pontificias e as da Patriarcal, a iniciativa de ordenar a elaboração de um formulário com a sistematização dos toques dos sinos foi fulcral para a tentativa de uma difusão uniformizada da prática sineira pelas igrejas portuguesas. Conforme narra António Rodrigues Lages, D. João consultara diversos manuais das principais igrejas de seu reino e «outras primeiras de toda a Cristandade» para extrair as informações que iriam compor o dito formulário.²⁴ Lages especula sobre a possível destruição desse texto durante o terremoto de 1755, porém, era previsível que em outras igrejas houvesse cópias ou outros regimentos baseados no mesmo, como comprova o *Kalendario dos toques dos sinos tirado do Exemplarissimo Regimen q. Ha na Santa Igreja Patriarchal e na Basilica de Santa Maria de Lisboa*.²⁵ Este manuscrito informa sobre o envio a Itália do beneficiado Joze Jorge para elaborar um regimento «Comforme se fazia nas Bazilicas de Roma, p.^a assim se executar nas de Lisboa, isto He a imitação das de Roma como ainda hoje se pratica».²⁶ Na parte superior do frontespício aparece o nome «Ant.o Coelho Moniz» e a data 20 de Março de 1812, o que sugere uma continuidade da prática, nas primeiras décadas do século XIX, baseada na tradição que se fixou nas principais instituições religiosas do reino

²² «[...] E não He nossa tenção alterar cousa algũa nos sinais, q se fazê na nossa Sê, quando falecem os Bispos deste Bispado; & as Dignidades, Conigos prebendados, & menos prebendados da mesma Sê, a respeito dos quais se guarde o costume; nem també He nossa tenção impedir, q nella se fação sinais pelos defûtos da Cidade, como se costuma.» *Constituições sinodais do Bispado do Porto* (ver nota 12), p. 459.

²³ *Constituições sinodais do Bispado do Porto* (ver nota 12), pp. 459-60.

²⁴ Deve observar-se que as ordens monacais também previam, nos seus cerimoniais impressos, capítulos dedicados às funções dos sinos nos ofícios religiosos. Entre eles, destacamos o capítulo I do *Ceremonial da Congregação dos monges negros da Ordem do Patriarcha S. Bento do reyno de Portugal* (1647), o capítulo I do *Ceremonial dos religiosos Capuchos da provincia de Santo Antonio do Brasil* (1708), o capítulo III do *Ceremonial serafico e romano para toda a Ordem Fransiscana* (1730) e os capítulos XX e XXI do *Livro dos usos e ceremonias cistercienses da Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de São Bernardo de Portugal* (ed. 1788). No contexto ibérico, outros textos oferecem um imenso contributo para a historiografia sineira seiscentista e setecentista, entre eles – voltados mais para a técnica contrutiva –, a *Arte de hazer campanas* (1630) de Antonio de Biedma; *Compendio de operaçoens de geometria e das medidas e fabrica dos sinos, muito util aos fundidores que o fundem* (1787), por M. de O. E C.B. Pombo da Villa de Santarem. Para a sistematização dos toques, o *Orden del tañido de las campanas y officio del campanero de esta Santa Iglesia Metropolitana de Sevilla* (1633), de Sebastián Vicente Villegas; e o *Institucion eclesiástica del SS. P. Benedicto XIV, siendo Arzobispo de Bolonia, sobre las campanas. Su origen en la Iglesia, uso y circunstancias, con que deben ó no tocarse en la Semana Santa, traducida en castellano por Don Joaquin Mòles, Presbítero* (1787).

²⁵ *Kalendario dos toques dos sinos tirado do Exemplarissimo Regimen q. Ha na Santa Igreja Patriarchal e na Basilica de Santa Maria de Lisboa conforme as despozições e comervação q. Impoz o Senhor Rey Dom João o 5º de glorioza memória* (1812), disponível em <<https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4617333>> (acedido em 1 de Agosto de 2017).

²⁶ *Kalendario dos toques dos sinos* (ver nota 25).

– verificando-se, conforme o *Kalendario*, o uso dos toques romanos também pela Real Basílica de Mafra e pela Igreja Colegial de Vila Viçosa –, tendo como referência as rubricas do formulário joanino.

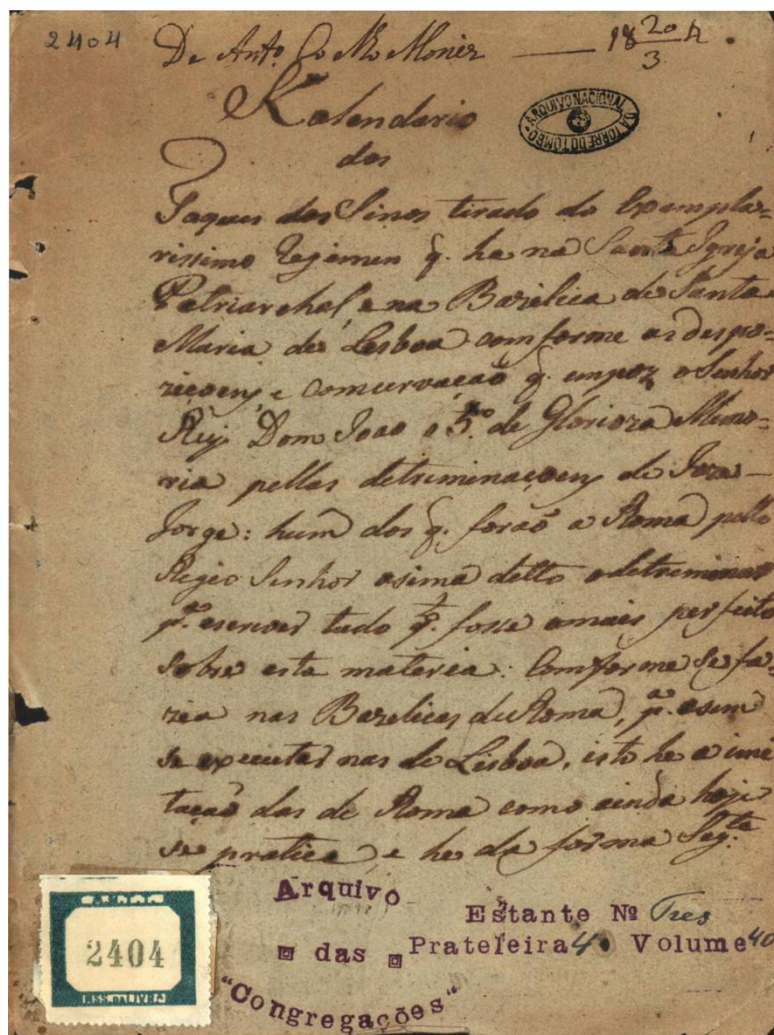


Figura 4. *Kalendario dos toques dos sinos tirado do Exemplarissimo Regimen q. Ha na Santa Igreja Patriarchal e na Bazilica de Santa Maria de Lisboa conforme as despozições e comervação q. Impoz o Senhor Rey Dom João o 5º de glorioza memória [...]*

O *Kalendario* prêve toques destinados a diversos momentos: para as saudações angélicas (ao amanhecer, ao meio-dia e no final da tarde), para as almas (durante a noite), para os ofícios nas festividades de primeira a quarta ordem, para o jubileu das quarenta horas, para a eleição e sagração do prelado, para o Dia de Todos os Santos e para o ritual de defuntos. Também está previsto o tanger dos sinos para a visita aos templos de elementos da família real (rei, rainha, príncipes), do núncio, do cardeal ou prelado ou quando os mesmos passassem em frente às igrejas, assim como as procissões da Quaresma, do Viático e do Sacramento. Para as trovoadas e tempestades, o perigo de descargas de

raios não impedia que fossem determinados dobres durante essas intempéries, até que fosse restabelecida a calma.²⁷

Com o primeiro sino a dobrar eram realizadas as procissões de preces pela recuperação da saúde dos monarcas e do prelado e, uma vez atingido o benefício, realizava-se um *Te Deum* com os sinos a repicar desde o início ao fim do hino.²⁸ Quanto ao temido anúncio público da morte, expirado o corpo (conforme a dignidade da pessoa), os toques deveriam ocorrer somente após o término do ofício divino do dia. Para as catedrais, a distinção fazia-se hierarquicamente através do número de sinos utilizados (observando o mesmo para os ofícios fúnebres correspondentes):

- para pessoa real, prelado, pontífices e cônegos tangiam-se todos os sete sinos (excepto a sineta ou garrida), sendo que para as três primeiras pessoas podia dobrar-se a qualquer hora que fosse recebida a notícia. Para os cônegos e beneficiados somente após o ofício divino (com a excepção de que para os beneficiados se tangiam apenas o 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º sinos);

- para os capelães, cantores e músicos dobrava-se o 3º, 4º, 5º, 6º e 7º sinos;

- para as pessoas que estivessem ao serviço da igreja (sineiros, macieiros, varredores, entre outros) o 4º, 5º, 6º e 7º sinos;

- para os «fregueses» somente o 5º, 6º e 7º sinos.²⁹

No que diz respeito ao cerimonial fúnebre, oferece-nos o *Kalendario* um importante contributo para a identificação dos momentos em que se davam os toques durante o ofício e a missa, revelando-nos a sobreposição, ou não, desses sons com o cantochão e a música polifónica executada (quando fosse o caso), e com os tiros de artilharia que tradicionalmente se davam em intervalos de um quarto de hora, tratando-se de exéquias de pessoas reais ou de oficiais militares. Para o entendimento desse processo, o conhecimento da distribuição das horas canónicas é fundamental. De acordo com as *Constituições synodales do arcebispado de Lisboa*, a rubrica dedicada ao tempo em que se devia rezar

²⁷ «Quando vir aos Templos, Rey, Principe, Rainha, Nuncio, Cardeal, ou o Prelado se dará um repique a entrada e outro a saída. Ao Prelado e Pessoas Reais, se replica ainda quando passam pelo pé da igreja da mesma sorte quando passar o Santíssimo Viático, ou Procissão do Sacramento se replica/ os Sinos, e também q.^{do} na Quaresma passar/ alguma Procissão pello pé da Ig.^a, como saõ/ Procissoens p.^a edificação dos fieis se lhe do/brará o =1= Sino emq.^{to} passao: da m.^{ma} sorte/ se dobrara o =2= Sino, ou o Sino de q.^m N. S. for/ Titular as tempestades, e Trovoens, athe parar/ de todo, ou a mayor parte.» *Kalendario dos toques dos sinos* (ver nota 25), p. 16.

²⁸ «Fazendo-se Presses por alguma nescessid.^e ou/ pella molestia de Reis, Rainha pello Pre/lado &c se dobrará o Sino =1= desde o principio the ao fim sem repique nem/ antes, nem depois.// Quando se alcançou o beneficio de Deos/ q. se implorou nas Preces se daõ as Gra/ças a q. se faz cantando o Te Deum &c./ ao q. se replica athe se acabar tudo, e/ principia sem remate.» *Kalendario dos toques dos sinos* (ver nota 25), p. 15.

²⁹ *Kalendario dos toques dos sinos* (ver nota 25), pp. 19r-19v. O historiador espanhol Fernando Martínez Gil apresenta o toque dos sinos como o principal som associado à morte e transcreve um manuscrito seiscentista, contendo a descrição de algumas cerimónias celebradas na catedral de Toledo, no qual são apresentados hierarquicamente, à semelhança do *Kalendario*, os toques para os funerais do rei, rainha, príncipe e papa: *clamores con todas las campanas que hay en la torre*; pessoas reais: *clamores con siete campanas*; cardeal, núncio: *clamores con cinco campanas*; arcebispo ou bispo: *clamores con quatro campanas*; Deão de Toledo: *tres clamores con quatro campanas*; dignidades, cônegos: *tres clamores con tres campanas*; duques, marqueses, corregedores: *clamores con tres campanas*; cônegos e capelães do coro: *clamores con dos campanas*; Fernando MARTÍNEZ GIL, *Muerte y sociedad en la España de los Austrias* (Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la Mancha, 2000), pp. 418-20.

diariamente, no coro, cada uma das sete horas canónicas, não estabelece um horário fixo para todas as horas, indicando apenas que, na catedral, as matinas – e na sequência as laudes – chamadas «nocturnas», deveriam principiar à meia-noite e as outras horas que se seguiam – prima, terça, sexta, nona (noa), vésperas e completas, chamadas «diurnas» – eram rezadas no decurso do dia. Para as demais igrejas do arcebispado, as matinas e laudes deveriam ocorrer pela manhã, às sete horas (desde o primeiro de Outubro até ao dia da Páscoa da Ressurreição), às seis horas (desde o dia da Páscoa até ao último dia de Setembro) e, no seguimento, a prima. A terça, sexta e nona antes da missa conventual e as vésperas às duas horas (quando as matinas iniciassem às sete horas) ou às três horas (quando as matinas iniciassem às seis da manhã).³⁰

Tratando-se do ofício pelo Dia dos Fiéis Defuntos, o seu início dá-se no dia antecedente, que é o Dia de Todos os Santos. Neste caso, segundo o *Kalendario*, faz-se vésperas a defuntos e há dobres até antes de iniciar o canto do *magnificat*. Nas matinas dobram-se os sinos do início até ao final do terceiro salmo de cada noturno (silenciando-os durante as lições e os responsórios, momento em que normalmente havia música polifónica) e para as laudes há dobres durante todas as partes. Para a missa de *Requiem* solene, realizada após a noa, a sobreposição dos sons dos sinos com a música é evidente, pois havia dobres desde o intróito até à sequência, durante a elevação do Santíssimo (badaladas à elevação) e as orações finais. Também haveria que tanger os sinos durante as absolvições, as estações de defuntos (se as houvesse) e até o prelado se recolher na sacristia.³¹ O ofício e missa realizados nos funerais reais seguiam, como previsto, o modelo do Dia dos Fiéis Defuntos com vésperas, matinas e laudes no primeiro dia, e a missa e absolvições no segundo. A descrição das cerimónias de corpo ausente, realizadas na Capela Real de Vila Viçosa, por D. João V, por exemplo, indica-nos as horas em que se realizou cada parte do ofício, a sua duração e a sobreposição de três categorias sonoras: «brônzea» (prática sineira), bélica (salvas pela artilharia) e musical. No dia 15 de Fevereiro de 1751, após as duas horas da tarde, começaram a dobrar os sinos, respeitando a seguinte hierarquia: primeiramente, os da capela e, em seguida, os das demais igrejas e conventos, ouvindo-se ao mesmo

³⁰ *Constituições synodales do arcebispado de Lisboa, novamente feitas no Synodo Diocesano, que celebrou na Sé Metropolitana de Lisboa o Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Rodrigo da Cunha Arcebispo da mesma cidade, do Conselho de Estado de S. Magestade, em os 30 dias de Mayo do anno de 1640* (Lisboa Oriental, Oficina de Philippe de Sousa Vilella, 1737), pp. 210-1.

³¹ Ainda observa o *Kalendario*: «Quando se dobraõ aos Off.^{os} de Defuntos naõ/ querendo dobrar os Sinos fazendo hum Sinal/ a cada Noturno, só fara como se pratica na/ S.^{ta} Basilica de S.^{ta} Maria de Lisboa, e he/ da forma Seguinte:/ A Vesperas, se dá hum Sinal q. dura athe o/ principio de Magnificat, e depois bota-se/ abaxo e q.^{do} principiarem Matinas se dá Outro/ Sinal athe Principiarem o Psalmo do 3º Noturno, e depois se bota abaxo, e q.^{do} a/cabarem a ultima Lição se dá outro Sinal/ athe ao fim de Laudes: porem/ he percizo advertir q.^e quando Off.^o se/ faz de tarde, assim he q. se deve fa/zer; mas q.^{do} se faz de mahaã o Sinal de Laudes naõ dura senaõ athe ao prin/cipio do Benedictus, e depois de se/ acabar a Oração se dá outro Sinal p.^a a Missa athe depois de se acabar o/ Evangelho depois bota-se abaxo, daõ/se as badeladas a Ellevação do Sa/cram.^{to}, e q.^{do} acabar de consumir se dará/ outro Sinal p.^a a Absolvição athe se/ acabar, e se o Prelado assistir a estes/ Off.^{os} e Capitular, ou Celebrar Missa/ nunca se Repica nem a entrada do Off.^o q.^{do} vai da Sacristia p.^a a Capella,/ nem q.^{do} vem da Capella p.^a a Sacris/tia: e so q.^{do} vier de Caza p.^a a Igreja e/ q.^{do} for da Ig.^a p.^a Caza entaõ he q. se/ Repicaõ os Sinos. Em q.^{to} as Funçoens asima/ declaradas sempre hade hir da Sacristia/ p.^a a Capella, e da Capella p.^a a Sacristia debaxo do Sinal q. se es/tiver fazendo ou ja se tenha acabado à/ Acção a cuja o Sinal se faz.» *Kalendario dos toques dos sinos* (ver nota 25), pp. 21-2.

tempo as salvas desde o castelo, de quarto em quarto de hora. Iniciaram-se as vésperas e seguiram-se as matinas e laudes, tendo todo o ofício durado aproximadamente quatro horas e meia. No dia seguinte, os sinais fúnebres começaram às quatro horas da madrugada. Às cinco horas abriram-se as portas da capela para que os religiosos dissessem missa em seis altares, até faltarem dez minutos para as onze horas, momento em que deram início à missa de *Requiem*. Uma vez finalizada a missa, cantou-se o responsório *Libera me*, terminando toda a função entre a uma e duas horas da tarde.³²

Conforme o *Kalendario*, observam-se algumas diferenças também para os dobres das avé-marias e almas (inclusivamente durante a madrugada). Para o Dia dos Fiéis Defuntos fazia-se três sinais fúnebres depois das avé-marias e depois do toque das almas até por uma hora. Repetia-se o mesmo no ofício pela alma dos monarcas, pessoa real ou prelado, mas somente nas cerimónias de corpo presente.³³

Das características e importância dos sinos que irão compor as Torres do Relógio e da Patriarcal, no Paço da Ribera, dá-nos especial testemunho António Rodrigues Lages que, em 1769, oferece ao mestre-de-cerimónias Victorino Carlos Martins, como memória de uma prática que alcançou o seu apogeu durante o reinado do «Fidelíssimo Rei», o *Altissonancia sacra restaurada*. Trata-se de um sofisticado e erudito tratado contendo instruções detalhadas sobre o modo de regular as horas e a forma de repicar os sinos em funções eclesiásticas e urbanas – além de descrições pormenorizadas sobre a arquitectura e eventos ocorridos no paço –, configurando-se como um dos mais importantes registos setecentistas sobre a prática sineira portuguesa e directamente associada às demandas do poder régio.³⁴ A primeira versão deste tratado perdeu-se no incêndio ocorrido em 10 de Maio de 1769, na Patriarcal, situada no Sítio da Cotovia (local onde fora reedificada após o terremoto). Foi, porém, reescrito pelo autor no mesmo ano. Entre os incentivos para a elaboração do seu texto, o autor observa os abusos no tanger dos sinos e a transferência da responsabilidade do ofício de sineiro a leigos,³⁵ ofício esse que deveria ser exercido preferencialmente por religiosos instruídos nas artes musicais e na divisão dos ritos, com capacidade para transmitir esses conhecimentos aos aprendizes,

³² *Relaçam das solemnes Exéquias dedicadas pelo ecellentissimo, e reverendissimo P. Joam da Sylva Ferreira Bispo de Tangere, Deão, e Prelado da Real Capella de Villa Viçosa em 15 e 16 de Fevereiro de 1751, P-Ln H.G. 22615.*

³³ *Kalendario dos toques dos sinos* (ver nota 25), pp. 17v-18.

³⁴ A primeira notícia sobre este tratado foi redigida em 1925, por Gustavo Matos SEQUEIRA, *Relação de vários casos notáveis e curiosos sucedidos em tempo na cidade de Lisboa e em outras terras de Portugal, agora reunidos, comentados e dados à luz* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925), pp. 175-208.

³⁵ «Não sem grande sentimento lamentamos o dezamparo deste importante Offício, e ministerio o/ ser entregue somente à disquiriçam [sic] de hum Mestre lei/go, e outra gente inferior da plebe! Porem seja assim porq./ não estamos na antiga disciplina da Igreja em que era recomendavel não somente aos Ecclesiasticos o cuidado/ de reger os Sinos, e ainda aos Sacerdotes, mas q. estes/ os tratassem, e tangesem pelas suas proprias maos. [...] E muito me admiro, que se não cum/pra a providencia, q. dam os Canones, principalmente o/ Ceremonial dos Bispos Lib. 1. Cap. 6. que incumbe esta vi/gilancia, e intendencia, não a pessoas Leigas, que são des/timadas para o trabalho de os tanger, mas ao Sacrista em cada Cathedral; o que se pode interpretar conforme/ o uzo, e necessidade, que prevalecer nas ditas Igrejas; po/is pode ser outra qualquer pessoa Ecclesiastica bem autho/rizada, e instruida, que careça de occupaçoens das quaes o Sacrista pelo seu emprego, se não pode eximir.» *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), prefácio.

supervisionar a execução dos toques, advertir as funções extraordinárias e elaborar um calendário anual contendo todas as festas e rituais, os toques fúnebres, os dias em que houvesse duas ou mais missas cantadas e, ainda, instruir o acólito, responsável por tanger a sineta «que he hum dos ministerios importantes de que a ordem regular dos mais sinos» são regidos.³⁶

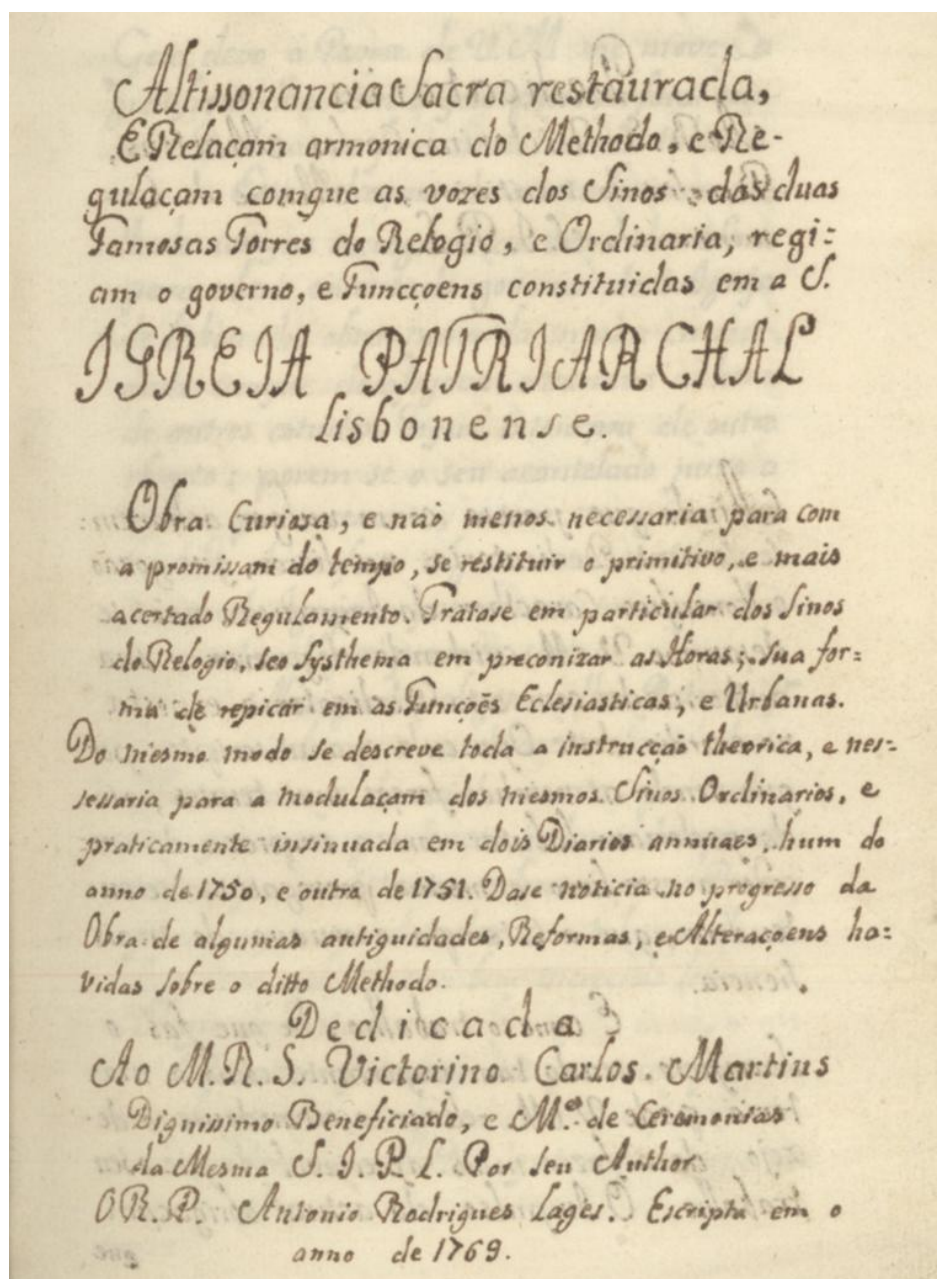


Figura 5. *Altissonancia sacra restaurada e relaçam armonica do methodo, e regulaçam com que as vozes dos sinos das duas famosas Torres do Relogio, e Ordinaria, regiam o governo, e funcçoens constituídas em a S. Igreja Patriarchal Lisbonense [...]*

³⁶ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), prefácio.

Relativamente à torre sineira da Patriarcal, Rodrigues Lages diz ter dúvidas quanto à época da sua construção (sem mencionar o construtor), se a mesma já existia no tempo da Capela Real ou se foi construída durante as obras de renovação do edifício, ordenadas por D. João V. A dita torre localizava-se na parte posterior da igreja (e não na anterior, como era o costume), junto à capela-mor pelo lado da epístola, levantando-se sob a capela da Sagrada Família.³⁷ Era toda de pedra e nas suas quatro faces estavam duas janelas (sineiras), uma para cada sino que, antes da instalação do maior, totalizavam oito (mais a sineta que dividia uma das janelas com o sino mais pequeno).³⁸

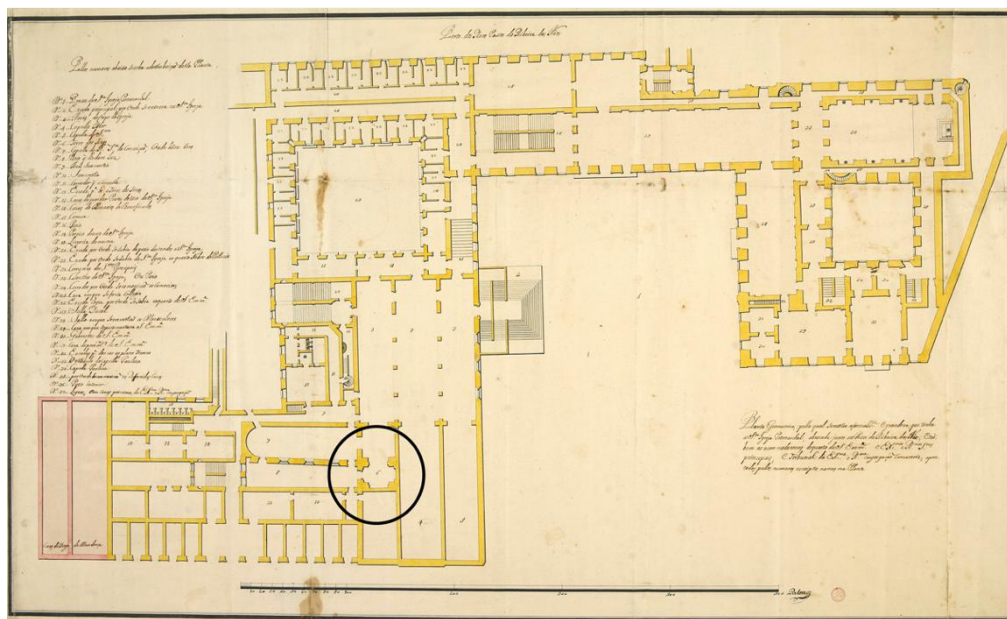


Figura 6. Torre Sineira (destaque), planta da primeira Igreja Patriarcal (c. 1755), *P-Ln D. 13 R*

A distribuição dos sinos era a seguinte: o primeiro e o segundo sinos encontravam-se instalados na face voltada para o norte (em direcção à Rua Nova do Almada); o terceiro sino, o oitavo e a sineta para a face do sul; voltados para a parte do oriente (Sé), o quarto e quinto sino e, para o monte de São Francisco, o sexto e o sétimo.³⁹

³⁷ «Do tempo de sua fundação não referimos, mas ou fosse do tempo de Capela Real, ou do tempo do Senhor Rei Fundador, somente dizemos de sua fortificação...» *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), p. 92.

³⁸ O Beneficiado João Baptista de Castro faz também uma descrição da Torre sineira da Patriarcal, após os investimentos de D. João V na renovação do edifício: «Fez também guarnecer a torre da Igreja de muitos, e harmoniosos sinos. Constava ella de dous andares de sineiras: o primeiro tinha dous em cada lado, em que havia oito sinos: no segundo andar havia quatro sineiras; porém o sino grande tomava todo o vaõ do meyo, de sorte que se via por todas as quatro partes, e se sustinha em madeiras, que não tocavaõ nas paredes da torre. O primeiro sino peza oitocentas arrobas, e toca nas festas da primeira classe, e nas exequias das Pessoas Reaes, Patriarcas, Cardaes, e Principaes: o segundo peza cento cinquenta e duas arrobas; toca nas segundas classes, e dobra aos Fidalgos titulares, Monsenhores, e Conegos; o terceiro tem cento e dez arrobas, e toca nas exequias dos Beneficiados: o quarto oitenta e sete arrobas, e tooca pelos Capellães: o quinto tem setenta e sete arrobas, e toca pelos Sacristas; o sexto trinta e cinco arrobas; o setimo vinte e nove arrobas; o oitavo vinte e cinco: o nono vinte e duas: a garrida duas.» João Baptista de CASTRO, *Mappa de Portugal antigo e moderno* (Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763), tomo III, p. 186.

³⁹ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), p. 96.



Figura 7. Distribuição conjectural dos sinos na Torre da Patriarcal.⁴⁰ Sinos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8; sineta: s; *archisino*: A. Ticiano Violante Maquete de Lisboa antes de 1755, pormenor da Torre da Patriarcal (1955/59), Museu de Lisboa, Palácio Pimenta

Sobre os oito sinos (mais a sineta) elevava-se o campanário construído a mando de D. João V para abrigar o *archisino*, instrumento pensado para as funções eclesiásticas mais solenes relacionadas, principalmente, com o próprio rei. Após o seu fabrico, na fundição de Nicolau Levache, o sino ficou por dez anos a aguardar, numa casa de madeira (ao lado da Torre do Relógio), a sua colocação na dita torre que, para recebê-lo, teve de passar por obras de ampliação e reforço, uma vez que o instrumento pesava aproximadamente 800 arrobas. Um dos motivos da demora, segundo especula António Rodrigues Lages, terá sido provavelmente o facto de D. João V não estar satisfeito com o «ponto», a nota de afinação do sino, mas «vencido o desgosto pelo muito tempo», o rei ordenou a sua instalação no ano de 1743, concretizando-se esta acção, efectivamente, seis meses depois da construção da parte superior da torre, em 1744.⁴¹

O seu tamanho e sonoridade despertavam a curiosidade e impressionavam toda gente. Conforme o vento, segundo Lages, podia ouvir-se «por todo o Ribatejo» e «em Santarem em huma noite de Natal». ⁴² Sobre a impressão que se tinha ao ouvir o dito sino, o mestre-de-cerimónias narra o episódio em que, durante as procissões de *Corpus Christi*, o famoso castrato italiano «Egicieli»⁴³ se distraiu com os toques do mesmo, desviando assim sua atenção do teatral cortejo, que passava à sua frente, para admirar a potente voz que saía desde o alto da Torre Ordinária.⁴⁴ Entretanto, devido ao peso do

⁴⁰ Feito a partir da descrição de António Rodrigues Lages, *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10).

⁴¹ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 94 e 104.

⁴² *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), p. 103.

⁴³ Trata-se de Gioacchino Conti (1714-61), que foi aluno de Domenico Gizzi (c.1680/4-d.1758), por isso, a derivação do nome «Gizzielo» que, em Lisboa, sofreu várias alterações como Egicieli, Egicielo ou Egypsieli. Contratado por D. José, em 1752, sobreviveu ao terrível terremoto que o deixou marcado por um trauma, recolhendo-se, após o acontecido, num mosteiro em Itália até o final da sua vida. Wilton DEAN, «Gioacchino Conti», in *The New Grove Dictionary of Opera*, editado por Stanley Sadie (London, Macmillan, 1992), vol. 1, pp. 927-8. Também em Manuel Carlos de BRITO, *Opera in Portugal in the Eighteenth Century* (Cambridge, Cambridge University Press, 1989), p. 24.

⁴⁴ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 103-4.

instrumento, ocorreu um grave acidente no ano de 1754, no dia em decorriam as celebrações do *Corpus Christi* e as de Santo António. Ao sair o cortejo, enquanto dobrava o grande sino, desprendeuse o seu chapuz de chumbo (cabeçalho) rompendo, este, o telhado da igreja e caindo na direção do coro dos músicos, onde parou, destruindo os dois órgãos (o grande e um pequeno) que ali havia. Dos três sineiros que estavam a tanger o sino, dois ficaram feridos e o outro morreu ao lançar-se no vazio pensando que toda a torre vinha abaixo. Apesar do sucedido, esse episódio foi considerado um milagre, dado o que poderia ter acontecido se houvesse mais pessoas no interior da igreja. Nesse mesmo dia, os músicos da Patriarcal cantaram um *Te Deum* em Ação de Graças porque «a eles chegaria o maior estrago», se os mesmos estivessem presentes no coro desempenhando o seu ofício. A partir desse dia, o *archisino* não dobrou mais, sendo utilizado apenas para pancadas com o badalo e repiques, até o dia do terremoto.⁴⁵

No que diz respeito ao cerimonial fúnebre, por ser o *archisino* o primeiro (e o mais importante de todo o conjunto), era a sua função «capitular» os sinais fúnebres (acompanhado pelos demais sinos da torre), somente para as exéquias do rei, rainha, príncipes (filhos e irmãos reconhecidos), patriarcas e duques, ficando excluídos outros segmentos da nobreza e do clero, como os marqueses, condes, cardeais, entre outros. Em alguns casos era permitido o sinal, ainda que condicionado, ao estatuto social do falecido, mediante uma taxa ajustada entre o sineiro e os herdeiros (ou testamentários). Exemplo dessa situação, que não chegou a lograr-se do «benefício», foi o funeral do Cardeal D. Nuno da Cunha e Ataíde (1664-1750), o que demonstra a importância dada à representação social condicionada também ao símbolo sonoro:

Dos Cardeais, que existiam na Corte, faleceu o Em.^o da Cunha Concelheiro de Estado, Inquizidor Geral, e que tinha sido Capelam Mor, e senão dobraraõ sinos da S. I. Patriarchal, parecendo aos Testamentários que por Obrigação se lhe tributaria esta preeminencia, porem ou informados, ou por acudir-se a algum reparo politico, recorreraõ ao M.^e Sineiro para q. fizesse os respectivos Sinaes contribuindo com a paga p.^a a despeza ou trabalho, e como era ja intempestivo o recurso por ser ja sepultado o Cadaver, nada se fez, porq. Sepultado nunca se usou dobrar; somt.^e por Exequias na S. Igreja Patriarchal. Todo este cazo ou ouvimos referir a Pessoa, que tinha a direcção desta pt.^e do governo da mesma S. Igreja. O que sendo assim se colhe, que deve dobrar este grande Sino pelo falecimento de qualquer Em.^o Cardeal, que exista na Corte, e não fora della, porq. Prova a ignorancia do Testamentário não recorrer a tempo habil a falta, que houve, desculpando nos ao M.^e Sineiro de não fazer sinaes de Obrigação senão pelas Pessoas Reaes, Em.^{os} Patriarchas, e Principaes pelas rezoens supra.⁴⁶

⁴⁵ O *archisino* realizava apenas o dobre simples, ou seja, inclinava-se sem fazer a volta completa em torno do seu eixo. *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 106-8.

⁴⁶ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 122.

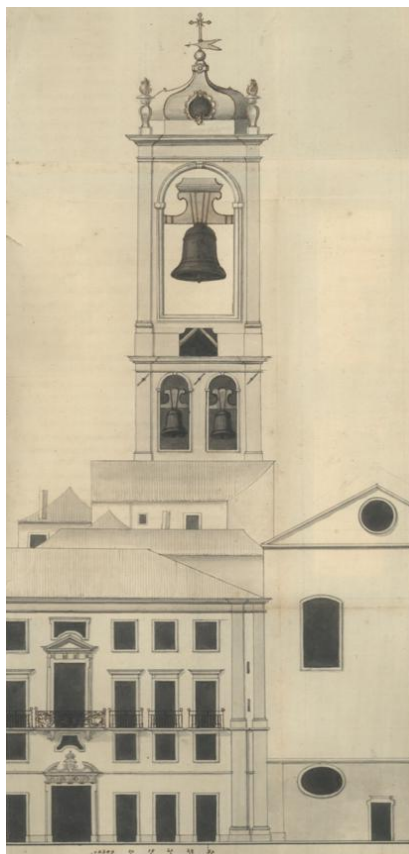


Figura 8. Torre da Patriarcal⁴⁷

A ordem para o número de sinos utilizados nos sinais fúnebres (geral e particulares) para a notícia do falecimento, ofício e missa, pela Torre da Patriarcal, corresponde ao que antes demonstrámos pelo *Kalendario*, porém com um total de nove instrumentos e dedicado a um selecto público. Os toques para os monsenhores e cónegos da Patriarcal eram dados pelo segundo sino a dobrar como principal.⁴⁸ A mesma regra applicava-se para os marqueses, condes, viscondes, barões ou senhores donatários e comendadores. Também são incluídos neste grupo, os presidentes das mesas régias e tribunais, como o desembargador do paço, o regedor das justiças, o inquisidor-geral, o presidente do Senado, da mesa da consciência, os fidalgos da câmara e os oficiais da Casa Real que se condecoram com a palavra «mor»: mordomo, estribeiro, aposentador, alferes, camareiro, reposteiro, copeiro, trinchante e correio. Comandava o terceiro (acompanhado pelos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º) nos toques para os beneficiados da Patriarcal, os confessores reais, outras pessoas nobres (ou que tivessem foro), criados particulares, guarda-roupas, moços da câmara e criadas do açafofe. Para os capelães, cantores, músicos, mestres-de-cerimónias (não sendo beneficiados), acólitos, párocos, tesoureiros, demais

⁴⁷ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 166-7, imagem.

⁴⁸ Para os bispos, Lages observa que, segundo o costume, mesmo pelo estatuto destes (que precedia ao dos condes), o sinal fúnebre deveria ser dado pelas suas paróquias. *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), p. 129.

sacerdotes e clérigos de ordens sacras da Patriarcal, criados da casa real de graduação inferior (como os reposteiros, moços da prata, entre outros), o principal era o quarto sino (acompanhado pelos 5º, 6º, 7º, 8º e 9º). Ao quinto era reservado o comando dos últimos toques particulares (acompanhado pelos 6º, 7º, 8º e 9º) nos falecimentos dos demais eclesiásticos ao serviço da Patriarcal, como os moços da sacristia, oficiais leigos, cursores, masseiros, guardas, sineiros, entre outros.⁴⁹

Na administração do Viático, sendo a visita direccionada às pessoas reais ou ao patriarca, tangiam-se o 2º e o 3º sino e, para os demais, o 4º e o 5º. Para a convocação dos clérigos e confrarias dava-se o número suficiente de repiques, alternados entre os dois sinos, intermediando-se com um preâmbulo de nove ou dez badaladas pelo maior, até que todos estivessem reunidos. Ao sair e ao chegar à igreja o cortejo, davam-se repiques gerais.⁵⁰ No caso desses repiques (utilizados em muitas outras funções), Lages transcreve-os também em pentagrama, indicando as notas correspondentes a cada um dos nove sinos – respectivamente do mais grave para o agudo: fá, mi b, fá, sol, lá b, si b, dó, ré, mi b –, mas, para facilitar a leitura, transpõe a tonalidade de mi b para sol maior. O preâmbulo e o final fazem-se com o 1º sino (*archisino*). O 4º e o 5º estruturam o repique, dando o seu «compasso», ao manter um ritmo preciso e constante. Os demais servem para ornamentá-lo ou fazer o acompanhamento, sendo o 8º e o 9º (os mais agudos) destinados a uma ornamentação mais elaborada. Assim, era possível ir variando o repique conforme o tempo necessário para a sua execução no ritual:



Figura 9. *Tabella da armonia do repique geral das nove vozes dos sinos da Torre da Santa Igreja Patriarchal de Lisboa, Altissonancia sacra restaurada...* (ver nota 10), pp. 176-7

⁴⁹ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 128-35.

⁵⁰ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 196-7.

Quanto aos sinais fúnebres, António Rodrigues Lages disserta sobre o seu método de execução, à semelhança dos repiques gerais. Ao lermos a palavra «sinais», devemos entender como «dobres», pois era esse o tipo de toque destinado à função. Dividiam-se em gerais (com todos os sinos) e particulares (conforme o sino que «capitulava», a partir do 2º). O preâmbulo do repique corresponde, no sinal fúnebre, aos dobres iniciais pelo sino que preside (principal) e, assim, entravam sucessivamente os demais a dobrar.⁵¹ O final dependia da sinalização pelo mestre sineiro ou pelo toque da sineta, o que, no caso da Patriarcal, indicava aos muitos sineiros necessários para essa ação (aproximadamente vinte) o cessar progressivo dos dobres até ficar somente o sino principal a dar os últimos e conclusivos sinais.⁵²

No que tange à aplicabilidade desta prática, Lages faz uso da descrição de algumas cerimónias fúnebres solenes, desde as exéquias realizadas pelo Infante D. Carlos (filho de D. João V), no ano de 1736, às realizadas pelo segundo Patriarca D. José Manuel da Câmara, em 1758, no período pós-terremoto em que a Santa Igreja Patriarcal se encontrava erigida no Sítio da Cotovia, contendo a sua torre apenas seis dos nove sinos que pertenceram ao primeiro edifício:

Personalidade	Dia do óbito	Descrição e duração dos dobres
Infante D. Carlos (filho de D. João V)	30 de Março de 1736	Faleceu na Quinta-Feira de Endoenças e esteve oculta a sua morte até à tarde de terça-feira (segunda Oitava da Páscoa), momento em que se iniciaram os dobres, que duraram até o dia seguinte, enquanto o corpo esteve insepulto.
Infanta D. ^a Francisca (irmã de D. João V)	15 de Julho de 1736	Houve dobres durante dois dias, durante todo o tempo, até ser sepultada.
Papa Clemente XII	22 de Fevereiro de 1740	Houve dobres durante três dias, sendo os dois primeiros moderados. Para o terceiro, iniciaram-se os dobres desde as Avé-Marias da noite antecedente até às 9 horas da manhã («tempo p. ^a os seis Sinaes, q. Forão tres immediatos às Avemarias, e outros tres às badaladas das oito horas») e no dia seguinte cinco: três na madrugada, um antes da missa e outro na Absolvição.
Patriarca D. Thomaz de Almeida	27 de Fevereiro de 1754	Faleceu na madrugada de Quarta-Feira de Cinzas («nos parece, que forão principiados os primeiros sinaes ao meiodia, tempo emq. se acabou em a S. Igreja Patriarchal a funçam das Cinzas»). Dobraram os sinos por todo o tempo até o momento do seu sepultamento, realizado no dia seguinte.
D. Maria Ana de Áustria (Rainha consorte)	14 de Agosto de 1754	Faleceu às 5 horas da tarde. Porém, os sinais fúnebres começaram apenas às 10 horas da noite, provavelmente, devido às vésperas da Assunção de Nossa Senhora. Houve dobres durante todo o tempo até ser sepultada no dia seguinte. Foi a última vez que o <i>archisino</i> dobrou a sinais fúnebres.

⁵¹ «Dobrando o Archi-sino, e estando ja todos os Officiaes a embaloçar os maiores Sinos, p.a Sahirem a Seo tempo; dando a sexta, ou septima badal.a na dobraçam, Logo o segundo Sino começava a sua dobraçam, e estando quase a pino, o Terceiro começava, e logo pouco depois o quarto, e logo ás primeiras badaladas principiava, o quinto; o Sexto, e todos os mais juntos começavam, e todos se punhao a pino.» *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), p. 208.

⁵² *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 208-16.

Papa Benedicto XIV	3 de Maio de 1758	Praticou-se o mesmo. Porém, a Patriarcal já se encontrava no Sítio da Cotovia.
2.º Patriarca D. José Manoel da Câmara	9 de Julho de 1758	Recebendo a notícia, houve dobres durante três dias e no dia das exéquias solenes, inclusivamente, os três sinais da madrugada (pois, aos Patriarcas estava prevista esta situação, a mesma que se aplicava aos monarcas).
Papa Clemente XIII	2 de Fevereiro de 1769	Praticou-se o mesmo. Porém, a Patriarcal já se encontrava no Sítio da Cotovia.

Tabela 1. Descrição da duração dos dobres fúnebres de algumas cerimónias solenes, em Lisboa, por António Rodrigues Lages⁵³

Durante praticamente todo o «livro manuscrito» de António Rodrigues Lages é perceptível, para além do seu discurso subserviente, um verdadeiro fascínio deste mestre-de-cerimónias pela figura do «Rei Fundador», cujo interesse pela prática sineira era notório. O falecimento de D. João V, a 31 de Julho de 1750, em Lisboa, será um dos principais temas do primeiro diário do *Altissonancia sacra*, no qual Lages faz uma descrição pormenorizada das funções quase diárias dos sinos das Torres Ordinária e do Relógio, nos ofícios e noutros eventos religiosos. Porém, iremos destacar os momentos ritualizados que antecederam a morte do rei – como as procissões de preces, o Viático e a extrema-unção –, o dia da morte e as cerimónias que se sucederam. Através de uma linguagem mais técnica, os ofícios do coro são tratados com a identificação dos sinos e os toques correspondentes às horas canónicas, aplicando o método apresentado pelo autor nos capítulos que antecedem os diários.⁵⁴

No dia 11 de Julho saiu o cortejo do Santíssimo Viático às sete horas da manhã, para o qual se fizeram antes repiques convocatórios e, em seguida, os repiques gerais na saída do cortejo e, depois, no seu retorno até ao sacrário. Nessa mesma manhã tiveram início as preces públicas, com a presença do Patriarca D. Thomaz de Almeida, «dobrando sempre às sobreditas preces o 1º sino».⁵⁵ No dia 13, após a noa, dobrou o 1º sino «a preces». Para as vésperas, o 3º sino dobrou com tarantana do 2º, para as completas o 4º e para a procissão de preces, que se dirigiu à Patriarcal para «implorar a saúde do Emfermo [sic] Rei Fundador», dobrou o 2º sino. A partir desse dia começaram as procissões quotidianas para o mesmo fim, até ao dia do falecimento.⁵⁶ No dia 26, para as matinas dobrou o 3º sino com tarantana e repique menor do 2º. Para as laudes dobrou o 4º sino e, ao intervalo, o 3º. Para

⁵³ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 213-7.

⁵⁴ Os principais tipos de toques são: o dobre simples, quando o sino gira pelo lado em que está encostado o badalo, resultando somente numa pancada em cada movimento; o dobre duplo, quando o sino gira em torno do seu próprio eixo, provocando duas pancadas com o badalo; o repique, quando são feitas pancadas ritmadas somente pelo bater dos badalos em dois ou mais sinos parados – normalmente é precedido por três badaladas lentas (preâmbulo) e finalizado por outras três (final); a tarantana, o mesmo que o repique, adicionando o acompanhamento do sino principal a dobrar – divide-se em simples (somente com dois sinos, sendo o menor a fazer o repique e o maior a dobrar) e composta (com mais sinos a repicar e o maior a dobrar). Cf. *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 177-95 e Aluizio José VIEGAS, *A linguagem dos sinos de São João Del Rey*, conferência proferida pelo autor, participando do Projeto «Piques e Repiques» realizado pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ouro Preto, 1990) [manuscrito].

⁵⁵ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 308-9.

⁵⁶ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), p. 309.

a prima e a terça o 4º. Na missa houve as badaladas à elevação e, em seguida, para as preces por D. João, «as quaes servião ja mais para rogar a Deos pela conformid.^e e auxilio espiritual do q. pela saude do corpo», dobrou o 1º sino. Para a sexta e a noa dobrou o 4º e para as vésperas repetiu-se o mesmo que nas matinas. Nas completas dobrou novamente o 4º sino e para as duas procissões que saíram nesse dia dobrou o 2º.⁵⁷ Para as matinas do dia 30 dobrou o 3º sino, para as laudes o 4º e, ao intervalo, o 3º. Para a prima, a terça e a sexta o 4º e a missa teve badaladas à elevação. Para a noa dobrou o 4º sino e para as preces o 1º. Para as vésperas o 3º com tarantana do 2º, para as completas o 4º e para a procissão de preces o 2º. Neste dia, o «Fidelíssimo Rei» recebeu as Absoluções das Ordens e a Plenária pelo Núncio Apostólico e, pelas onze horas da noite, a extrema-unção pelo Patriarca, assistido por vários religiosos.⁵⁸ No dia 31 mantiveram-se os mesmos toques para todo o ofício e para a procissão de preces. Porém, às dezanove horas e cinco minutos constata-se o falecimento do monarca e, a partir desse momento, narra o mestre-de-cerimónias:

Apenas faleceu o Nosso Fidelíssimo Rei Fundador, deu logo a Torre da Sua S. Igreja Lisbonense o primeiro Sinal fúnebre, q. tanto que foi ouvido, e esperado, Logo todos os Sinos da Cidade Começarão a fazer sinaes, que justamente podemos dizer *Fecerunt planctum magnum super eum*. Estes Sinaes da torre da S. Igr.a Patr. continuarão deste termo athe a meia noite, dando-se hum, ou cabendo hum a cada hora p.a fazerem os seus intervalos de descanso, e cessaram algum tempo antes da meia noite. Neste dia nao vimos operaçam alguma demonstrativa na Corte, mais do q. Manifestar-se pelos Sobreditos Sinaes Fúnebres dos sinos a morte d'El Rei.⁵⁹

No dia 2 de Agosto, véspera das exéquias solenes, às quatro horas da tarde iniciaram-se as demonstrações públicas militares com os tiros de artilharia pelos fortes, castelos e navios (de quinze em quinze minutos), que duraram até às cinco horas da manhã do dia 4, após o sepultamento do real corpo, na noite anterior. Os sinos cessaram os seus dobres às duas horas da madrugada.⁶⁰

Porém, na descrição de Lages, os sinais fúnebres para as matinas de defuntos e para a missa de *Requiem*, realizadas durante a manhã, na sala régia do Palácio do Patriarca, divergem das rubricas previstas no *Kalendario* quanto aos momentos em que estes sinais deveriam ter sido dados. Houve dobres para a convocação das matinas que cessaram ao principiar o invitatório, outros só foram dados desde o início de cada lição até o terceiro responsório. No final do terceiro noturno fez-se outro breve sinal, que cessou ao iniciarem as laudes. Ao principiar-se o *Benedictus*, feito o despertar da sineta, fez-se outro sinal que cessou no início da missa exequial. Houve badaladas à elevação e, no fim da

⁵⁷ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 313-4.

⁵⁸ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 314-5.

⁵⁹ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), p. 316.

⁶⁰ *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 324-5.

missa, após o despertar da sineta, fez-se outro sinal, mais longo, para todo o acto das cinco absolvições.

O segundo diário do *Altissonancia sacra*, já sob o reinado de D. José I, ilustra a reforma do formulário, que esteve em uso desde 1739 até ao ano de 1750, pela necessidade de suprimir a utilização do *archisino* de muitos eventos, pois, como tinha muito uso, foi necessário adaptar todos os toques em que o mesmo era o principal. Após o terremoto do ano de 1755, seis dos sinos que compunham a Torre Ordinária, preservados mesmo com o sismo, foram colocados na torre sineira da nova Patriarcal, erigida no Sítio da Cotovia, mas construída separadamente do novo edifício.⁶¹ Entretanto, em consequência dos dois incêndios ocorridos em 1769, ficaram destruídos, no primeiro, o edifício (10 de Maio) e, no segundo, a torre e seus sinos (25 de Agosto):

Neste mesmo dia [25] tinham os Sineiros feito sinaes funebres pelo Ex.^o e Rev.^o D. Antonio de Alarcam Principal Diacono, e tendo o Sineiro fechado a porta da Torre depois que deu as badaladas Angelicas do meiodia, quando dahi a pouco tempo se viu a Torre toda incendiada, coberta de huma lavareda ou fogueira, q. parecia huma pira com tanto ardor, que logo o quinto Sino, que se disse assim terse fundido de novo, se derreteu ainda suspenso, e corria o metal liquido como agoa e do mesmo modo os mais se hiam desconjuntando aos pedaços, cahindo huns, e nos seus precipicios quebrando-se outros sem valer aquí forças humanas, p.^a ver se ficava algum em salvamento, e principalmente o grande, que de todos levava os cuidados, porem (oh que dor) esse mesmo se fez em pedaços, Não ficando delle, e de todos mais do que os fragmentos.⁶²

Sobre os outros três sinos do relógio e o *archisino*, o destino destes instrumentos parece-nos digno de mencionar, pois tiveram fins curiosos e relacionados com dois episódios régios. Segundo Lages, o *archisino* encontrava-se no mesmo sítio em que caíra (onde estava a antiga Patriarcal), ainda no ano em que o mestre-de-cerimónias reescrevia o seu tratado. Porém, esse tempo prolongou-se por

⁶¹ «A este sequito se fundou tambem em o mesmo tempo huma torre de madeira em que se puzesem os Sinos, que ficaraõ ilezoz, e capazes do seu exercicio, excepto o Archi-sino, que sempre ficou no lugar donde teve o precipicio. O sitio, que se demarcou para esta torre foi não em a frontaria da igreja mas na parte posterior por detraz da Capella mor, fazendo frente à rua, não para a parte do mar, mas para a parte do bairro de S. Joze. Ficou fora do muro apartado delle, e de toda a Igreja em Longitude de Sinco ou seis braças, de sorte que tinha a serventia fora do dito muro, e Igreja. Fes-se da altura do ponto do maior telhado da Igreja, era firmada em huma baze quadrada de alvenaria em modo de pedestal mestre em que se estendeu huma grade de vigas para dellas se erigirem as vigas a pluma. Era feita em figura octangula de dois andares com quatro sineiras cada hu; no de baxo se puzeram os Sinos maiores, e em duas de sima os dois menores, sobejando duas sineiras, q. por não haver mais sinos, se taparaõ. Para sustentar esta grande quantidade de pezo, e poderem dobrar, sendo esta torre de madeira, precisamente se devia fortalecer com grossas vigas, principalmt.^e aquelas fundamentaes em que se estribava, e jogava o pezo dos Sinos [...]. Toda esta obra foi feita por carpinteiros de machado: na parte superior se fechava com cubertura de gorita pouco elevada coberta de lonas embreadas, e alcanroadas como era toda a torre por dentro e por fora para resistir ao tempo (mas não ao fogo). Com grande despeza se obrou esta torre, pois era ja reformada, e o seria de tempos a tempo em quanto fosse de madeira, porque se fosse de pedra (ainda que não de architectura) houveramos hoje ainda os admiraveis Sinos, e nam fizera tanta despeza» *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), pp. 393-4.

⁶² *Altissonancia sacra restaurada* (ver nota 10), p. 404.

mais anos, pois, para a fundição da estátua equestre de D. José I, inaugurada com grande fausto no dia 6 de Julho de 1775 (aniversário do dito rei), foi utilizado, sob ordem do Marquês de Pombal, o bronze do *archisino* e dos sinos inutilizados pelo incêndio do Sítio da Cotovia, em 1769.⁶³ A respeito dos três sinos do relógio que, reservados durante vinte e dois anos, foram instalados na torre que fez parte da igreja efêmera, construída no mesmo local da antiga Patriarcal, ouviu-se para as cerimónias de aclamação da Rainha D. Maria I, em 13 de Maio de 1777, o soar dos ditos sinos durante a solene função.⁶⁴

Ao sofrer também com a destruição do seu tratado, ocasionado pelo incêndio da segunda Patriarcal, António Rodrigues Lages propôs-se a árdua tarefa de realizar o segundo registo de um tema fascinante (mas extenso e complexo), sendo este último «livro manuscrito» o exemplar que, actualmente, se encontra custodiado na secção de música da Biblioteca Nacional de Portugal. Não há indicação do autor sobre a intenção de publicação da obra e a preservação da mesma deve-se à doação realizada pelo herdeiro do mestre-de-cerimónias, Victorino Carlos Martins de Brito (a quem foi dedicada e oferecida) e à Congregação Camarária da Patriarcal, em 24 de Outubro de 1776, conforme se lê na última página do livro.

A existência dos dois documentos tratados neste artigo é fulcral para o estudo histórico da prática sineira portuguesa do período moderno, oferecendo contributos inéditos para a reconstituição sonora dos rituais católicos, com destaque para os rituais fúnebres. Oferecem-nos, também, uma visão sobre a utilização dos sinos como ordenadores do tempo, comunicadores e parte dos mecanismos de representação do poder real que, no caso da morte do monarca, se associa, igualmente, à política de perpetuação da sua memória. Nesse sentido, a localização geográfica do espaço, em que essa representação se faz mais eminente, levou-nos ao Paço da Ribeira, pré-terremoto, onde se encontravam os principais órgãos administrativos do reino, o Palácio Real e a Patriarcal. A partir dessas duas últimas instituições, mais especificamente das suas torres sineiras, criou-se uma referência sonora que governou o ritmo da cidade de Lisboa, desde a década de 1730 até o fatídico terremoto, em 1755. Também contribuíram as citadas fontes para o entendimento da intersecção da prática sineira com outras manifestações sonoras (bélica e musical), o que justifica a nossa ideia de pensar estas categorias enquanto símbolos complementares e constituintes da sonoridade ritual.

⁶³ P-BRad Portugal, Braga, Arquivo Distrital, Manuscrito 349, f. 103v.

⁶⁴ A relação da cerimónia de aclamação de D. Maria, publicada em 1780, também faz referência à instalação dos sinos do Relógio na construção efêmera da Patriarcal: «Finalmente, da banda do Sul se formou huma torre, na qual se suspendêrão os grandes sinos, que antigamente servião de relógio, para solemnizar esta função com harmoniosos repiques». *Auto do levantamento, e juramento, que os grandes, titulos seculares, ecclesiasticos, e mais pessoas, que se acháraõ presentes, fizerão á muito alta, muito poderosa Rainha Fidelissima a Senhora D. Maria I. Nossa Senhora na Coroa destes Reinos, e Senhorios de Portugal, sendo exaltada, e coroada sobre o Regio Throno juntamente com o Senhor Rei D. Pedro III. na tarde do dia treze de Maio. Anno de 1777* (Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1780), p. 18.

Rodrigo Teodoro de Paula é licenciado em Direção de Orquestra pela Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Estudo das Práticas Musicais – Música e Sociedade, pela mesma universidade, mestre em Interpretação de Música Antiga pela Escola Superior de Música da Catalunha, em cooperação com a Universidade Autónoma de Barcelona e doutor em Ciências Musicais, vertente Musicologia Histórica, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Nessa universidade integra o Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (CESEM), como investigador doutorado integrado e é membro do Núcleo de Estudos da História da Música Luso-brasileira – Caravelas. É também membro fundador do grupo Musicologia Criativa, responsável pelo Encontro Ibero-Americano de Jovens Musicólogos, e director do agrupamento Alemmares Ensemble.

Recebido em | *Received* 11/01/2018
Aceite em | *Accepted* 12/10/2018